

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ASSESSOR DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A dignidade da pessoa humana

A dignidade é intrínseca: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém.

“Quanto vale o homem / Menos, mais que o peso? / Hoje mais que ontem? / Vale menos velho? / Vale menos morto?”, perguntou Carlos Drummond de Andrade em um de seus poemas. A melhor resposta que podemos dar ao poeta é a de que o homem sempre vale muito. Cada ser humano, independentemente de qualquer atributo ou característica (sexo, idade, raça, religião etc.) ou de qualquer comportamento que tenha adotado ou venha a adotar, tem um valor único, um significado que transcende a sua existência individual e que tem relevância para todos os demais homens. É isso que queremos expressar quando falamos em “dignidade da pessoa humana”.

Dignidade é a especial preeminência de que alguém goza; é seu alto valor, sua nobreza. Quando falamos de dignidade do homem, referimo-nos a algo que é intrínseco: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém: nem pelos que nos rodeiam, nem pelo Estado, nem pela cultura, nem pelo consenso social. E não é coletiva, mas individual: não falamos da dignidade “da humanidade” em geral, mas de cada pessoa. Cada ser humano, único e irrepetível, é digno de respeito. É disso que trata a Declaração Universal dos Direitos do Homem quando afirma, em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” e, em seu preâmbulo, que “o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo”.

Mais adiante, no poema, Drummond lançará outra pergunta: “Que milagre é o homem?”. Em outras palavras, o que nos faz tão especiais? Ao longo da história, diversos filósofos deram diferentes respostas a essa questão, mas, no fundo, chegaram a uma conclusão similar. Para Aristóteles, a razão dessa especial dignidade é a capacidade de compreensão e inteligência do homem. O filósofo grego entende que o ser humano é capaz de entrar em sintonia com a totalidade do universo. Para toda a tradição judaico-cristã, a raiz desse especial valor é o fato de ser imagem e semelhança de Deus – e é sintomático que o cristianismo tenha tido um impacto tão grande nas sociedades pagãs ao afirmar a universalidade da dignidade humana entre pessoas que viam, por exemplo, as mulheres como objeto. Na época das Grandes Navegações, o debate sobre a dignidade dos habitantes das novas terras descobertas resolveu-se afirmativamente graças ao trabalho de pensadores como o espanhol Francisco de Vitória.

O grande teórico moderno da dignidade humana é *Immanuel Kant*, que no século 18 tratou do ser humano e da sua dignidade como “a coisa que se acha acima de todo o preço, e por isso não admite qualquer equivalência”. A razão especial dessa dignidade, defendia o filósofo prussiano, é a autonomia da vontade do ser humano, a capacidade de o homem se autodeterminar, definir os rumos de sua própria existência. As liberdades individuais são expressões naturais dessa capacidade.

É difícil apontar para a fonte exata dessa singularidade que se percebe no homem. Há nele uma interioridade, um poder de, por meio da inteligência, da vontade, da capacidade de elaborar os sentimentos, travar contato com diversas realidades e torná-las parte de si mesmo, que o torna muito especial. Mais ainda: ele é capaz de chegar àquilo que está destinado a ser, a desenvolver os seus potenciais, a corrigir seus rumos até o último minuto. E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais. Esta não é uma diferenciação apenas quantitativa, mas qualitativa. Por mais que reconheçamos nos animais atributos como a inteligência, essas características que mencionamos são únicas do gênero humano. A noção de “pessoa” está diretamente vinculada a essas características: o homem nunca é algo; é sempre alguém – mesmo quando o exercício de sua autonomia não pode ser plenamente exercido; pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, como um paciente em coma ou alguém tão mergulhado nas drogas que já perdeu o controle de si mesmo. Elas não são menos dignas, menos “pessoas”, que ninguém.

Mesmo depois de *Kant*, a humanidade ainda levou tempo para entender totalmente que todo ser humano era portador de uma dignidade intrínseca – os movimentos abolicionistas e dos direitos civis precisaram ensinar isso ao homem dos séculos 19 e 20. E uma das últimas fronteiras foi quebrada quando a dignidade do inimigo foi finalmente reconhecida, por meio de tratados internacionais como as Convenções de Genebra, que pretendiam banir o tratamento desumano a civis e combatentes em tempos de guerra.

No entanto, diante da simples observação da realidade e dos comportamentos humanos, surge o questionamento: não há, mesmo, pessoas mais ou menos dignas? A dignidade é sempre igual para todos? A essa pergunta podemos responder afirmando que a palavra “dignidade” tem mais de um sentido. A dignidade de que temos tratado aqui é a chamada “dignidade ontológica”; tem este nome justamente por derivar da própria existência como ser humano, e por isso todos a têm em idêntico

grau. São as considerações a respeito desta dignidade que continuarão a nos guiar nas reflexões que ofereceremos mais adiante. Mas existe também o que podemos chamar de “dignidade moral” – isto é, o patrimônio moral que cada um construiu com o uso da sua liberdade. É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra. A dignidade moral, sim, pode ser perdida (e também recuperada), mas única e exclusivamente pela decisão livre de seu detentor, pelas próprias atitudes. Ou seja, perdida, mas jamais retirada. Os piores facínoras perderam sua dignidade moral porque assim o quiseram, por suas escolhas. Mas sua dignidade ontológica se preserva – nesse sentido, os maiores crápulas são tão dignos quanto os maiores heróis – e é a raiz do incrível poder de redirecionar a própria vida, de voltar a dar sentido a ela, mediante o arrependimento, até o minuto final de sua existência.

O homem é um ser que esquece. Talvez não se esqueça tão facilmente daquelas questões mais triviais do dia a dia, mas acaba se esquecendo das grandes verdades a respeito de si mesmo. E uma dessas verdades é sua inviolável dignidade.

(Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/>. Acesso em: 04/01/2024.)

Questão 01

No subtítulo do texto “*A dignidade é intrínseca: vem do próprio fato de ser humano, vem de dentro. Não é concedida – e nem retirada – por ninguém.*”, os dois-pontos foram usados para anunciar um(a):

- A) citação.
- B) vocativo.
- C) enumeração.
- D) esclarecimento.

Questão 02

As vírgulas marcam uma pausa de pequena duração e há regras específicas para o seu uso. Assim, no trecho “*Não é concedida – e nem retirada – por ninguém: nem pelos que nos rodeiam, nem pelo Estado, nem pela cultura, nem pelo consenso social.*” (2º§), as vírgulas foram usadas para

- A) isolar aposto explicativo.
- B) isolar elementos repetidos.
- C) separar elementos coordenados.
- D) separar orações coordenadas assindéticas.

Questão 03

A coesão textual é responsável pela ligação entre as orações, os períodos e parágrafos. Assim, os elementos linguísticos, aplicados adequadamente, são fundamentais para que o texto seja todo coeso. A partir dessa consideração, analise o elemento linguístico “no entanto” em: “*No entanto, diante da simples observação da realidade e dos comportamentos humanos, surge o questionamento: não há, mesmo, pessoas mais ou menos dignas?*” (7º§) O termo “no entanto”, que introduz o parágrafo, tem a função de operador argumentativo

- A) intraparágrafo e inicia uma contra-argumentação.
- B) intraparágrafo e introduz uma justificativa relacionada ao enunciado anterior.
- C) interparágrafo e marca ideia adversa à que foi apresentada no parágrafo anterior.
- D) interparágrafo e introduz a conclusão do que foi apresentado no parágrafo anterior.

Questão 04

Os verbos auxiliares são usados na construção de locuções verbais. Nelas, os verbos auxiliares são flexionados. Analise a locução verbal “pode ser” em: “*É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.*” (7º§) No trecho citado, o valor semântico da forma verbal é:

- A) Ação definitiva.
- B) Pedido ou ordem.
- C) Ação possível relativa ao futuro.
- D) Ação definitiva ligada ao presente.

Questão 05

Confrontando as duas definições de dignidade apresentadas no texto, dignidade ontológica e dignidade moral, assinale a afirmativa correta.

- A) A dignidade ontológica está relacionada às atitudes do ser humano em seu curso de vida.
- B) Enquanto a dignidade ontológica é comum a todos, a dignidade moral está ligada à conquista.
- C) Ambas as dignidades estão relacionadas às virtudes humanas, o que torna o ser humano digno ou não de benesses.
- D) A dignidade moral embora seja adquirida a partir do ser humano, ou seja, depende de suas ações, uma vez perdida não é restabelecida.

Questão 06

Saber o significado das palavras e a relação que elas estabelecem em determinado contexto é importante para a compreensão da informação. Nesse sentido, assinale a alternativa cujo significado do vocábulo sublinhado está corretamente indicado.

- A) “Dignidade é a especial preeminência de que alguém goza; é seu alto valor, sua nobreza.” (2º§) – trivialidade.
 B) “Os piores facínoras perderam sua dignidade moral porque assim o quiseram, por suas escolhas.” (7º§) – apazíveis.
 C) “E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais.” (5º§) – sobrepuja.
 D) “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” e, em seu preâmbulo, que “o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana é o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo.” (2º§) – sua conclusão.

Questão 07

“É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.” (7º§) A frase cuja palavra sublinhada exerce função sintática diferente de “mais” é:

- A) “Cada ser humano, único e irrepetível, é digno de respeito.” (2º§)
 B) “A dignidade moral, sim, pode ser perdida (e também recuperada) [...]” (7º§)
 C) “A melhor resposta que podemos dar ao poeta é a de que o homem sempre vale muito.” (1º§)
 D) “[...] a coisa que se acha acima de todo o preço, e por isso não admite qualquer equivalência.” (4º§)

Questão 08

A coesão textual pode ser estabelecida por elementos linguísticos como os substantivos e os pronomes. Assinale a alternativa cujo pronome sublinhado não retoma o nome indicado.

- A) “[...] pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, como um paciente em coma ou alguém tão mergulhado nas drogas que já perdeu o controle de si mesmo.” (5º§) – pessoas.
 B) “Há nele uma interioridade, um poder de, por meio da inteligência, da vontade, da capacidade de elaborar os sentimentos, travar contato com diversas realidades e torná-las parte de si mesmo, que o torna muito especial.” (5º§) – homem.
 C) “E, como se isso não bastasse, o homem é um ser que sempre está em busca de algo mais, de algo que o transcenda, o que o diferencia de todos os outros animais. Esta não é uma diferenciação apenas quantitativa, mas qualitativa.” (5º§) – homem.
 D) “Mas existe também o que podemos chamar de ‘dignidade moral’ – isto é, o patrimônio moral que cada um construiu com o uso da sua liberdade. É ela que alguém tem em mente quando afirma que uma pessoa pode ser mais digna que outra.” (7º§) – liberdade.

Questão 09

Analise o emprego do pronome “cuja”: “[...] em pensemos, por exemplo, em pessoas cuja situação as impede de realizar escolhas, [...]” (5º§). O pronome está adequadamente empregado. Assinale a alternativa que não cumpre com as regras de concordância em relação ao uso do pronome “cujo”.

- A) Há situação cujo objetivo requer prioridade.
 B) A casa cuja cores foram modificadas ficou mais estilosa.
 C) O episódio novo da série cujas cenas foram bem produzidas me chamaram atenção.
 D) O homem, cujos atributos foram mencionados, recebeu a promoção merecidamente.

Questão 10

No trecho “Mais ainda: ele é capaz de chegar àquilo que está destinado a ser, a desenvolver os seus potenciais, a corrigir seus rumos até o último minuto.” (5º§), o acento grave indicador de crase foi devidamente empregado. Analise o uso do acento grave indicador de crase nos seguintes casos:

- I. Avisei-o que chegaria atrasado, talvez chegaria às treze.
 II. Refiro-me à obra de Machado de Assis, Dom Casmurro.
 III. Enquanto alguns pesquisadores foram de carro, outros preferiram ir à pé.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
 B) III.
 C) I e II.
 D) II e III.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Juliano trabalha como auxiliar administrativo e, em determinada manhã, olhou para o seu relógio digital com o seguinte horário:

H M S
08 : 37 : 48

Qual é o número mínimo de segundos até que todos os dígitos deste relógio se alterem?

- A) 4.872
- B) 4.932
- C) 4.992
- D) 5.052

Questão 12

Amanda, Beatriz e Marcela são professoras de sociologia, português e artes, mas não necessariamente nessa ordem. Com respeito às idades distintas das três professoras, uma delas possui 28 anos, a outra possui 34 anos e, a última, 42 anos. Sabe-se que Marcela é professora de artes e não possui 28 anos de idade, pois quem tem essa idade é a professora de português. Adicionalmente, Beatriz não possui 42 anos de idade e Amanda não é professora de sociologia. Se cada professora leciona uma única disciplina, é correto afirmar que:

- A) Marcela não é mais velha que Amanda.
- B) Beatriz é professora de sociologia e possui 34 anos.
- C) Amanda é professora de artes e não possui 42 anos.
- D) A professora de sociologia é mais velha que a professora de artes.

Questão 13

Após a visita dos diretores de determinada empresa, a responsável pelo setor de recursos humanos desenvolveu 5 tarefas diferentes que devem ser distribuídas aos seus 4 funcionários. Cada tarefa deve ser distribuída a um único funcionário e cada funcionário deve receber, pelo menos, uma tarefa. Considerando as informações, de quantas formas distintas as tarefas podem ser distribuídas entre os funcionários?

- A) 60.
- B) 120.
- C) 240.
- D) 480.

Questão 14

Em relação aos 600 cotistas de um clube, sabe-se que 240 utilizam a academia, 180 utilizam a piscina e 80 utilizam tanto a academia quanto a piscina. Se um cotista é selecionado aleatoriamente dentre os que usam a piscina ou a academia, a probabilidade de que ele use a academia e não use a piscina é

- A) menor que 0,45.
- B) maior que 0,51.
- C) maior que 0,45 e menor que 0,48.
- D) maior que 0,48 e menor que 0,51.

Questão 15

Em determinada gráfica, a impressora A imprime 60 banners no formato A0 em 3 horas de trabalho. Por outro lado, a impressora B dessa gráfica imprime 25 banners no formato A0 por hora. Em relação à impressora A, qual a redução no tempo de trabalho, em horas, ao imprimir 100 banners no formato A0 com a impressora B?

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Considerando as disposições da Lei Federal nº 8.429/1992, analise atentamente as informações a seguir.

- I. Ciclano percebeu vantagem econômica direta para facilitar a alienação de bem público por determinado ente estatal, por preço inferior ao valor de mercado.
- II. Meviana facilitou a locação de certo bem móvel por preço superior ao de mercado.
- III. Beltrana revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições públicas e que deveria permanecer em segredo; tal revelação colocou em risco a segurança da sociedade.

Os atos ímprobos cometidos pelos personagens citados são, respectivamente:

- A) I. Enriquecimento ilícito II. Lesão ao erário III. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública.
- B) I. Lesão ao erário II. Enriquecimento ilícito III. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública.
- C) I. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública II. Enriquecimento ilícito III. Lesão ao erário.
- D) I. Enriquecimento ilícito II. Atentatórios contra os princípios da Administração Pública. III. Lesão ao erário.

Questão 17

Conforme aduz a Resolução nº 08/2017, sobre exigências e formalidades em relação à eleição dos membros da Mesa, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Chamada para comprovação da presença da maioria dos membros da Câmara.
- () Inscrição até três dias antes da eleição dos Vereadores interessados em disputar quaisquer dos cargos da Mesa.
- () Redação, pelo vice-presidente, e leitura pelo Presidente, do boletim com o resultado da eleição.
- () Proclamação, pelo Presidente, dos eleitos.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 18

O Processo Administrativo Federal – Lei nº 9.784/1999, é a sucessão de atos e atividades tanto do Estado quanto de particulares ordenados para a obtenção de decisão sobre uma controvérsia no âmbito administrativo, produzindo uma vontade final da Administração Pública. Sobre o tema em voga, assinale a afirmativa correta.

- A) O relatório consiste em peça meramente elucidativa do agente ou de comissão em que é apresentado uma proposta de solução para a lide.
- B) A decisão no prazo, em regra, de até quinze dias, por parte da autoridade judiciária, consiste na execução do verdadeiro poder punitivo exercido pelo Estado.
- C) Se a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, poderá, o órgão competente, mediante Portaria, abrir período para consulta interna no órgão da Administração Pública a que se refere o processo.
- D) São inadmissíveis não somente as provas obtidas por meios ilícitos, como também aquelas que nela tiveram origem – *fruits of the poisonous tree*. A consequência deve ser apenas o desentranhamento da prova do processo ou sua desconsideração para o desfecho da causa.

Questão 19

Sobre o pedido de reconsideração, com base na Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pedido de reconsideração será formulado quando o interessado tiver novos argumentos.
- II. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não o reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- III. O pedido de reconsideração só pode ser formulado uma vez. Nesse pedido, o interessado deverá requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 20

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Maria de Fé, em seu Art. 7º, dispõe que o seguinte juramento “Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei Orgânica do Município de Maria da Fé e o Regimento Interno da Câmara Municipal, respeitar as leis, desempenhar com retidão o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar do povo” deverá ser proferido pelo(a):

- A) Prefeito eleito.
- B) Vereador mais idoso.
- C) Vereadora eleita com maior número de votos.
- D) Presidente da Câmara, empossado em 1º de janeiro, no início da legislatura.

Questão 21

Martina logrou êxito na aprovação em Câmara Municipal de Maria da Fé. A Lei Federal nº 8.429/1992 aduz que a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação

- A) do comprovante de escolaridade.
- B) da declaração de idoneidade moral.
- C) do certificado de aprovação em estágio probatório.
- D) de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Questão 22

Tendo em vista a Lei Orgânica do Município de Maria da Fé, são objetos de deliberação da Câmara, na forma do Regimento Interno:

- A) Moções.
- B) Resoluções.
- C) Leis delegadas.
- D) Emendas à Lei Orgânica.

Questão 23

A Lei Orgânica do Município de Maria da Fé preconiza que é(são) vedado(s)

- A) subsídio diferenciado para o Presidente da Câmara.
- B) ao Prefeito, aprovar, administrativamente, projetos de obras, construções ou edificações públicas.
- C) ao Prefeito, prover os cargos públicos municipais do Executivo e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores da administração direta e indireta.
- D) a fixação e o pagamento, aos Vereadores, de remuneração pela participação em reuniões extraordinárias, bem como de qualquer parcela indenizatória em razão da convocação.

Questão 24

A política rural, estabelecida em conformidade com as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo orientar e direcionar a ação do poder público municipal no planejamento e na execução das atividades de apoio à produção, comercialização, armazenamento, agroindustrialização, transporte e abastecimento de insumos e produtos. Desse modo, o Município efetuará os estudos necessários ao conhecimento das características e das potencialidades de sua zona rural, visando:

- A) Reduzir os conflitos e impactos negativos ao turismo rural.
- B) Complementar os recursos locais e as atividades tradicionais.
- C) Evidenciar a expectativa de desenvolvimento econômico associada ao turismo na área rural.
- D) Identificar e implantar programas de pagamento por serviços ambientais adequados ao perfil das propriedades rurais.

Questão 25

Molina foi eleito Vereador nas eleições proporcionais do ano de 2023 para o Município de Maria da Fé. A Lei Orgânica do Município prevê que Molina não poderá, desde a expedição do diploma:

- A) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo federal, estadual ou municipal.
- B) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exercer função remunerada.
- C) Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades públicas, salvo cargo de secretário municipal ou diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato.
- D) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público.

CONHECIMENTOS DO CARGO**Questão 26**

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e estabelece que ele deve demonstrar receitas e despesas previstas confrontadas com as realizadas. Portanto, assistir a execução das receitas e despesas orçamentárias é essencial para a mensuração e o acompanhamento do resultado da execução orçamentária. Considerando o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que pertencem ao exercício financeiro as receitas

- A) nele arrecadadas e as despesas nele pagas.
- B) nele lançadas e as despesas nele liquidadas.
- C) nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- D) nele recolhidas e as despesas nele consumidas, considerando regime de competência.

Questão 27

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em: despesa orçamentária efetiva e despesa orçamentária não efetiva. Sobre o tema despesa orçamentária efetiva e não efetiva, assinale a afirmativa correta.

- A) As transferências de capital causam variação patrimonial diminutiva e, por isso, classificam-se como despesa orçamentária efetiva.
- B) A despesa com a aquisição de materiais para estoque representa um fato contábil modificativo diminutivo, sendo considerada uma despesa de capital efetiva.
- C) A despesa orçamentária efetiva é aquela que, no momento de sua realização, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade, constituindo fato contábil modificativo aumentativo.
- D) A despesa orçamentária não efetiva é aquela que, no momento da sua realização, aumenta a situação líquida orçamentária da entidade, constituindo fato contábil modificativo diminutivo.

Questão 28

A Prefeitura Municipal tem a intenção de construir uma Unidade Básica de Saúde e, para garantir os recursos necessários para esse investimento, o Poder Executivo apresentou ao Poder Legislativo municipal um Projeto de Lei. Esse Projeto autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar a execução do referido projeto de investimento no Município. O valor da operação de crédito proposta é de R\$ 500.000,00 a ser pago em uma única parcela ao final do prazo de três anos, à taxa de juros composta de 8% ao ano. Diante dessa proposta, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal questionou o Assessor de Finanças, Contabilidade e Pessoal sobre qual será o valor total da operação de crédito a ser pago ao final do prazo de três anos, considerando a taxa de juros composta de 8% ao ano. O Assessor de Finanças, Contabilidade e Pessoal respondeu corretamente, que o valor a ser pago será de:

- A) R\$ 540.000,00.
- B) R\$ 620.000,00.
- C) R\$ 629.856,00.
- D) R\$ 636.709,00.

Questão 29

Considere que determinada Câmara Municipal apresentou as seguintes informações relativas à folha de pagamento de um Vereador:

Remuneração bruta	R\$ 3.213,50
Contribuição social e encargos sociais devidos pelo empregador	R\$ 706,97
Contribuição social retida do agente político	R\$ 288,67
Imposto de Renda retido na fonte	R\$ 43,01

Considerando apenas as informações apresentadas, a contabilização da folha de pagamento irá gerar um aumento na Variação Patrimonial Diminutiva – VPD no valor de:

- A) R\$ 3.213,50.
- B) R\$ 3.920,47.
- C) R\$ 4.209,14.
- D) R\$ 4.252,15.

Questão 30

Considere que a Câmara Municipal de Maria da Fé realizou, no dia 01/02/2024, o empenho para a compra de materiais de expediente no valor de R\$ 15.000,00. No dia 05/02/2024, o fornecedor realizou a entrega de parte dos materiais no valor de R\$ 8.000,00, sendo recebidos, conferidos e incorporados ao estoque para uso em momento posterior. Durante o mês de fevereiro de 2024, a Câmara consumiu um total de R\$ 6.000,00 em materiais de expediente e realizou o pagamento de R\$4.000,00 referente à parte dos materiais adquiridos. Considerando apenas as informações apresentadas, assinale, a seguir, a opção que apresenta um lançamento contábil a ser realizado em 01/02/2024 – empenho para compra material de expediente.

Natureza da informação: orçamentária

- | | |
|--|---------------|
| A) D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível | R\$ 15.000,00 |
| C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar | R\$ 15.000,00 |

Natureza da informação: patrimonial

- | | |
|--|---------------|
| B) D 3.3.1.1.1.xx.xx VPD – Consumo de Material | R\$ 15.000,00 |
| C 1.1.5.6.x.xx.xx Estoques – Almoxarifado (P) | R\$ 15.000,00 |

Natureza da informação: patrimonial

- | | |
|---|--------------|
| C) D 1.1.5.6.x.xx.xx Estoque – Almoxarifado | R\$ 8.000,00 |
| C 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F) | R\$ 8.000,00 |

Natureza da informação: orçamentária

- | | |
|--|--------------|
| D) D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar | R\$ 4.000,00 |
| C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago | R\$ 4.000,00 |

Questão 31

As contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta, estadual e municipal de Minas Gerais serão organizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 14/2011. Sobre a composição das contas anuais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Rol de responsáveis e relatório de gestão.
- II. Relatórios sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- III. Pareceres sobre os atos de gestão emitidos por unidades administrativas competentes, órgãos ou entidades que devem se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada.
- IV. Demonstrativos e demonstrações necessários à evidenciação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 32

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas para as finanças públicas, com foco na responsabilidade na gestão fiscal e outras providências. O Art. 19 dessa legislação determina que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração dos municípios, não pode exceder sessenta por cento da receita corrente líquida. Neste contexto, é correto afirmar que a repartição dos limites globais na esfera municipal não poderá exceder:

- A) Três por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e, cinquenta e sete por cento para o Executivo.
- B) Oito por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e, cinquenta e dois por cento para o Executivo.
- C) Seis por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e, cinquenta e quatro por cento para o Executivo.
- D) Dois inteiros e cinco décimos por cento para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e, cinquenta e sete inteiros e cinco décimos por cento para o Executivo.

Questão 33

A estrutura orçamentária para a gestão dos recursos públicos no Brasil tem como base as Leis Orçamentárias, conforme previsto no Art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse modelo é aplicado nas três esferas de governo (Federal, Estadual/Distrital e Municipal). Considerando esse contexto, o Município de Maria da Fé apresentará uma proposta de Lei de iniciativa do Poder Executivo, com o propósito de estabelecer as diretrizes da política fiscal e as metas correspondentes, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, incluindo disposições sobre alterações na legislação tributária municipal. Neste contexto, o Projeto de Lei a ser apresentado pelo Poder Executivo é matéria que compete à Lei

- A) do Plano Plurianual.
- B) do Orçamento Anual.
- C) de Diretrizes Orçamentárias.
- D) de Métodos e Políticas Fiscais.

Questão 34

A Câmara Municipal de Maria da Fé fará uma contratação direta por inexigibilidade. Contudo, não é possível estimar o valor do objeto, sendo que o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza. Considerando a nova Lei de Licitações, até qual período anterior à data da contratação pela Câmara Municipal poderão ser aceitas as datas de emissão de notas fiscais para outros contratantes?

- A) 1 mês.
- B) 3 meses.
- C) 6 meses.
- D) 1 ano.

Questão 35

A Administração Pública irá contratar objeto que envolva as seguintes condições: a) inovação tecnológica ou técnica; b) impossibilidade do órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e, c) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração. Tendo em vista a Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação que deverá ser utilizada para a citada contratação é:

- A) Pregão.
- B) Convite.
- C) Concurso.
- D) Diálogo competitivo.

Questão 36

A Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG) estabelece que, anualmente, a Câmara Municipal de Maria da Fé encaminhará Prestação de Contas. Serão arrolados nas contas anuais os titulares e seus substitutos que, durante a gestão de que trata as contas, assumirem determinadas responsabilidades. NÃO está enquadrado na exigência de ser arrolado como responsável o seguinte cargo:

- A) Encarregado de arrecadação de receitas.
- B) Encarregado de almoxarifado ou de material em estoque.
- C) Encarregado pelo controle de operações de crédito, avais, garantias e direitos.
- D) Encarregado da gestão orçamentária e financeira ou outro corresponsável por atos de gestão.

Questão 37

O gestor público está sujeito a responder civil, criminal e administrativamente em decorrência dos atos praticados ou por omissão. Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas, processada e julgada pelo Tribunal de Contas, com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente, EXCETO:

- A) Propor Lei Orçamentária Anual que não contenha as metas fiscais na forma da Lei.
- B) Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em Lei.
- C) Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em Lei.
- D) Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da Lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por poder do limite máximo.

Questão 38

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, estabelece situações em que o mandato de Vereador poderá ser cassado.

A situação que não é cabível cassação do mandato de Vereador por parte da Câmara Municipal trata-se de:

- A) Fixar residência fora do Município.
- B) Desfiliar do partido político o qual foi eleito, sem justa causa.
- C) Utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.
- D) Proceder de modo incompatível com a dignidade, da Câmara, ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Questão 39

O Decreto nº 10.540, de 05 de novembro de 2020, dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade de sistema, que corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo Federal, que tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidência de diversas operações de determinados entes públicos, no qual se enquadram as Câmaras Municipais. Qual sistema está relacionado à citada descrição?

- A) Sistema de Informações de Receitas e Custos – SIRC.
- B) Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAF.
- C) Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.
- D) Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC.

Questão 40

A Lei de Acesso à Informação regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal, dispondo sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, dentre outros, os direitos de obter informação

- A) primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- B) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, exceto as relativas à sua política, organização e serviços.
- C) produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo em atividade com seus órgãos ou entidades.
- D) contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, menos os recolhidos a arquivos públicos.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e para os cargos de nível superior.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) devidamente assinado em local indicado. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do certame.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.